

TRAÇOS CENOGRÁFICOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E PRIVADA DO RIO DE JANEIRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

LUIZ FERNANDO CONDE SANGENIS (UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO).

Resumo

Desejamos construir uma “cenografia” da instrução pública e privada, na cidade do Rio de Janeiro, município neutro da corte, na segunda metade do século XIX, na perspectiva da pesquisa histórica do cotidiano. Relatórios oficiais, matérias de jornais, com destaque aos anúncios veiculados nestes periódicos, serviram de fontes. Segundo os relatos da época, o espetáculo oferecido pela maior parte das escolas era simplesmente deprimente e vergonhoso. A qualidade do ensino e o número de matrículas deixavam a desejar. As instalações físicas, em geral adaptadas, a falta de mobiliário e de materiais didáticos, a carência de compêndios e o despreparo do magistério, constituíam o cotidiano das escolas. De outro lado, a maior demanda da população por escolarização, ante a incapacidade da escola pública, teve como consequência direta o rápido crescimento de cursos e de casas de ensino de iniciativa privada. A educação privada, então, era responsável pelo atendimento da maior parte da população escolar. O ensino, de feições demasiadamente humanísticas, não estava orientado para as ciências, faltando às escolas o sentido prático de preparação para o trabalho e para a vida. A reduzida elite estava interessada nos clássicos, no romance francês, nas artes importadas, na moda que vinha de fora. A população iletrada não tinha meios de chegar a este estágio cultural. Persistia a exigência de escolas ou turnos separados para os dois sexos. Meninos e meninas aprendiam a ler, a escrever e a contar, assim como recebiam ensinamentos de francês, da literatura francesa e da retórica, sem desprezo à caligrafia. As meninas aprendiam, ainda, os trabalhos de agulha e tesoura, música e dança; mas, bem cedo, deixavam a escola. Os pais desejavam prepará-las para o lar, e elas se casavam muito jovens. A carreira da moça e do moço estava delineada: enquanto ela almejava o matrimônio, ele, o diploma de bacharel.

Palavras-chave:

Escola no Século XIX, Instrução Pública e Privada, Educação no Rio de Janeiro.

O ensino em estado miserando

O ensino público, primário e secundário, no Império do Brasil, na segunda metade do século XIX, caracterizou-se por ser muito deficiente. As várias leis e reformas encetadas não surtiam o efeito esperado e, em muitos aspectos, permaneciam letra morta. O Relatório do Visconde de Macaé, em 1848, referia-se ao problema da instrução primária no Império como *melancólico e triste*.^[1] Segundo o Visconde, faltavam aos mestres os indispensáveis conhecimentos, os métodos e as condições materiais. Os professores recebiam remuneração insuficiente e incompatível com a grandeza de seu ofício.

Transcorridos quarenta anos, já findo o Império e em pleno regime republicano, o quadro dominante na área do ensino continuava desalentador. O Relatório de 1897, dirigido a Alberto de Oliveira, então Diretor da Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro, afirma que *o espetáculo oferecido pela maior parte (das escolas) era simplesmente deprimente e vergonhoso*. Classifica de *miserando* o estado da instrução

primária, achando-se *quase todas as escolas desprovidas do necessário material didático, mobília, livros de ensino e de expediente.*[2]

Os poucos livros e compêndios disponíveis para o ensino eram criticados por não possuírem peculiaridades didáticas, conterem falhas e distorções e demonstrarem-se incompatíveis com as necessidades das novas gerações. O *Diccionario de Consoantes da Lingua Portuguesa por J. Norberto de S. S.* e clássicos, como *Os Lusíadas de Camões*, com 395 páginas, ou as *Fabulas de Phedro em Latim e Portuguez*, são prescritos para o uso nos colégios e aulas.

A ausência de livros mais apropriados para o uso didático compeliu a Inspeção Geral de Ensino a estabelecer a estratégia de prometer prêmios aos professores e a qualquer pessoa que se dispusesse a compor compêndios e obras para uso escolar ou que traduzissem os livros publicados em línguas estrangeiras, caso fossem adotados pelo Governo.

A educação, de modo geral, ainda possuía feições demasiadamente humanísticas, pautando-se pela filosofia e pelo ensino das letras clássicas, com ênfase na religião, sem menosprezar a oratória e a caligrafia. O ensino não estava orientado para as ciências, faltando às escolas o sentido prático de preparação para o trabalho e para a vida. As escolas preparavam os jovens que nela perseveravam na perspectiva alienada de os formarem para o exercício das profissões liberais.

Apesar de haver certo reclame por escolas industriais que se voltassem para a formação de artífices, práticos e mecânicos, e que contribuíssem para a elevação da indústria do país, nada surge além de aulas e de cursos esparsos com objetivos profissionalizantes. Não havia iniciativa alguma do governo no sentido de dar ao ensino, então ministrado, caráter mais prático. A reduzida elite estava interessada nos clássicos, no romance francês, nas artes importadas, na moda que vinha de fora. A população letrada não tinha meios de chegar a este estágio cultural.

Persistia a exigência de escolas ou turnos separados para os dois sexos. Enquanto os meninos aprendiam a ler, a escrever e a contar, assim como recebiam ensinamentos de francês, da literatura francesa e da retórica, as meninas aprendiam os rudimentos da língua portuguesa e mais os trabalhos de agulha e tesoura, gramática portuguesa e francesa, geografia, música e dança. Bem cedo, a moça deixava a escola. Aos nove anos, ela ingressava na escola elementar, e aos treze ou quatorze já abandonava os estudos. Os pais desejavam prepará-la para o lar. E ela se casava muito jovem. A carreira da moça e do moço estava delineada: enquanto ela almejava ao matrimônio, ele, o diploma de bacharel.

Na Província do Rio de Janeiro, o quadro também não era alentador. Tanto a qualidade do ensino oferecido, quanto o número de matrículas deixavam a desejar. A evolução da educação pública era demasiado lenta. Em 1855, segundo o relatório do Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, existiam 177 escolas de instrução pública, *remuneradas pelos cofres públicos*, em toda a Província, incluído o Município Neutro da Corte, com 3.801 matrículas.[3] Quanto ao ensino particular, o mesmo relatório diz haver 7.088 alunos matriculados, em escolas e colégios, não obstante chamar a atenção para o fato de que os dados não eram completos, nem de rigorosa exatidão.

Já as estatísticas do ensino na Corte poderiam merecer maior grau de confiança, assevera o mesmo relatório. No Município Neutro do Rio de Janeiro, as escolas primárias mantidas pelo governo eram 26, sendo 17 para meninos, com 900 matrículas, e 9 para meninas, contando 553 matrículas. Somavam-se ao todo 1.453 matrículas.[4]

Salta aos olhos o número referente à instrução particular, no Município do Rio. Segundo as informações oficiais, existiam 97 escolas privadas, sendo 51 para alunos do sexo masculino e 46 para os do sexo feminino. As matrículas dos estabelecimentos privados chegavam a 4.490, sendo 2.864 alunos e 1.626 alunas. A educação privada, então, era responsável pelo atendimento de aproximadamente 70% da população escolar.[5]

Os números também fazem perceber que, em comparação à população do Município do Rio, estimada em 266.466, pelo recenseamento realizado por Haddock Lobo, em 1849 (mesmo na consideração de que 155.864 habitantes eram homens e mulheres livres, e os demais, 110.602, constituídos por escravos), o número de menos de 6.000 matrículas em estabelecimentos públicos e privados era irrisório.

Rui Barbosa, no entanto, havia alertado para o *abuso indesculpável* das estatísticas brasileiras organizadas oficialmente que utilizam o termo *matrícula* ou *inscrição escolar*, abstendo-se de falar em *frequência*:

A matrícula é o acidental, o efêmero, o instantâneo, a expressão de uma formalidade ilusória; a frequência é a duração, a continuidade, a perseverança, a expressão significativa de uma realidade séria e difícil.[6]

Percebe Rui Barbosa que *esse defeito radical das nossas estatísticas educativas provoca uma ilusão de péssimos resultados neste ramo do serviço nacional*. O quadro da educação nacional, portanto, é ainda pior do que os números oficiais fazem crer, pois *o que de fato consignam, é o número dos alunos alistados na escola, e não os dos que efetivamente a povoam. É fácil conceber que entre essas duas ordens de algarismos necessariamente medeia uma distância imensa.*[7]

Quanto ao ensino secundário, a grande referência é o Imperial Colégio de Pedro II – reconhecido como modelo –, também coexistindo vários colégios particulares e aulas avulsas. O Colégio de Pedro II, voltado para o atendimento da elite, era o único equipado decentemente. Seus egressos, bem como os de colégios particulares autorizados a realizarem os cursos preparatórios, eram os únicos capazes de lograr os cursos superiores nas Escolas de Medicina, Farmácia e Engenharia, sem a necessidade de ir ao estrangeiro, a Coimbra ou a Montpellier.

O ensino privado: um meio de vida

A elevada porcentagem de analfabetos, o insuficiente número de matrículas e de escolas de instrução primária mantidas pelo governo, o despreparo dos professores, ante a maior demanda da população por escolarização, tinha como consequência direta o rápido crescimento de cursos e de casas de ensino de iniciativa privada. O sistema de aulas particulares na residência era bastante usual. Explorar o ensino tornou-se um meio de vida para muita gente, em especial, para estrangeiros que chegavam ao Rio de Janeiro. Jornais como o Correio Mercantil e o Jornal do Comércio exibiam considerável número de anúncios de colégios, de cursos de língua e de métodos de ensino.

Eram muitas as mulheres estrangeiras a oferecerem seus serviços educacionais, à frente de escolas de idiomas, em geral, do francês, mas também de inglês, de italiano e de alemão. Tais cursos de aulas avulsas, boa parte deles de qualidade duvidosa, iniciados com a chegada da família Imperial, ainda perduravam, na segunda metade do século XIX. O Correio Mercantil estampa em anúncio:

Três senhoras, sendo mãe e duas filhas, que estão a chegar a esta corte (...) e que pretendem estabelecer uma bem regulada casa de educação para meninas (...) precisam de um sócio ou sócia que possa dispor da quantia de 6:000\$[8].

Ao lado destes, eram também oferecidas aulas de oratória, de eloquência e de caligrafia. O veterano professor Menezes, anunciante de muitos anos, *garante que em 50 lições o discípulo ainda o mais acanhado e mesmo nervoso obtém uma linda letra e escreve com rapidez e certeza*[9]. As aulas de caligrafia, por anos, continuaram a ser bastante procuradas e, portanto, matéria ensinada em diversas escolas. Afinal, a boa caligrafia equivalia a um título. Letra bem traçada, boa caligrafia eram dotes valiosos na vida prática.

É bem verdade que diversos colégios particulares ganharam renome e educaram gerações. O de Mr. Hitchings e o Colégio Baker são alguns exemplos. Outros colégios também disputam em fama com o chamado colégio padrão, o de Pedro II: o São Bento, o Marinho, o Santa Cruz, o Atheneu Fluminense, o Vitória, o Roosmalen, o Aquino e o Abílio. Alguns introduzem novas disciplinas e métodos copiados da Europa; outros se destacam por fórmulas mais originais e inovadoras. No Roosmalen, na Rua do Rezende, ensinava-se desenho linear e arquitetural, caligrafia, natação, ginástica, horticultura e esgrima.[10] Mr. Roosmalen anuncia *o seu método todo paternal que exclui as correções corporais, correções que degradam o professor e embrutecem os alunos. Assevera, no entanto, que a obediência a mais perfeita, a moralidade a mais absoluta são exigidas em cada aluno.*[11] Antônio Pinheiro de Aguiar aplicava um método inovador e rápido de leitura, o Bacadafá, prometendo a alfabetização em vinte lições. Abílio Cesar Borges popularizava seus *Livros de Leitura*, de cunho didático. O Colégio de Emílio Zaluar, em Botafogo, oferecia *o método de leitura repentina para meninos pobres, analfabetos. Zaluar garantia que seus discípulos poderiam aprender brincando, sem temor de que errar seja um crime, sem o aviltamento dos castigos corporais.*[12]

O custo das famílias para manter seus filhos nestes estabelecimentos privados era variado, conforme o regime do aluno. Os pais poderiam optar por manterem seus filhos como pensionistas – com permanência integral, de modo que o retorno à casa se desse apenas nas férias, recebendo alimentação, instrução, educação e, em alguns casos, cuidados médicos; como meio-pensionistas – podendo retornar nos fins de semana; e, finalmente, como externos – recebendo apenas a instrução.

O Colégio Santa Cruz, na Rua do Lavradio, anuncia as seguintes condições de admissão:

Pensionistas, incluindo o ensino da 1ª classe, papel, penas etc. 20\$000 mensais. Meio pensionistas, 10\$000 mensais. Externos, 5\$000 mensais. Pelas classes que os alunos frequentarem, além da primeira, cujo ensino é incluído nas ditas mensalidades, pagarão uma gratificação mais, conforme a classe.[13]

O Colégio fornecia *leito de ferro, com cortinado, colchões travesseiros, bacias, lavatório etc, aos alunos, mediante 25\$000 por uma só vez.*[14]

O colégio de meninas dirigido por Madame Hitchings, em Botafogo, cobrava a anuidade de 400\$000 para as alunas internas. Os pagamentos também eram trimestrais e cobrados adiantados, *sem que se faça desconto algum por ausência ou férias.*[15] Além do valor principal, os pais deveriam pagar uma taxa de 25\$000 para que o estabelecimento fornecesse a cada pensionista *uma cama de ferro, um lavatório, um colchão e um travesseiro.*[16] Algumas disciplinas são cobradas em separado, por mês: Música (10\$000 rs.), Desenho (6\$000 rs.), Dança (6\$000 rs.), Canto (8\$000 rs.) e Língua Italiana (6\$000 rs.).

A liberdade de ensino, no entanto, tornou-se uma preocupação das autoridades constituídas que, a partir do Regulamento de 1854, chamado de Reforma Couto Ferraz, passou a regulá-la com maior rigor. Sobre o ensino particular, assim se expressou o Inspetor Geral da Instrução Pública do Município da Corte, o Conselheiro Eusébio de Queiroz, em seu relatório de 1855:

Um dos problemas de mais vivas e calorosas discussões que tem modernamente suscitado é o da liberdade do ensino e das condições em que deve ser exercido pelos particulares, sem que haja da parte do Estado, absorção da atividade individual e da livre iniciativa dos cidadãos, e sem que fique a sociedade indefesa assistindo ao espetáculo da inteligência da juventude explorada por infrene mercantilismo; da educação e instrução dos futuros cidadãos entregue à corrupção e imoralidade.[17]

O Regulamento de 1854, logo em seu artigo primeiro, estabeleceu o direito e o dever de o Estado inspecionar os estabelecimentos públicos e privados de instrução primária e secundária do Município da Corte. Também determinou as condições para o exercício do magistério particular, bem como uma série de punições e multas para os que não o cumprissem.

Diretores e professores deveriam submeter-se a exames de capacidade e a apresentar documentos que atestassem estarem habilitados para o exercício de suas funções, inclusive dar as devidas provas de moralidade. No entanto, para os que já exerciam o magistério ou estavam à frente da direção dos estabelecimentos de ensino que funcionavam antes da aprovação da lei, foram concedidas as dispensas, com certa prodigalidade. As dispensas também contemplaram as pessoas de reconhecido mérito e sobre as quais não pudessem pairar dúvidas. Às irmãs de caridade e às religiosas estrangeiras são estendidas as dispensas, ainda que sob protestos que ganharam espaço na imprensa.

Uma escola na segunda metade do século XIX

O ano de 1870 marca o início da construção dos primeiros prédios escolares. Neste mesmo ano, a Assembléia Provincial do Rio de Janeiro dá nova destinação à subscrição feita originalmente com a finalidade de levantar uma estátua em homenagem ao Monarca – e por ele recusada –, de modo a ser empregada na construção de um prédio escolar.[18]

Não havendo edificações com a finalidade de servirem às escolas, o aluguel de prédios já existentes era a forma ordinária encontrada para ampliação da instrução pública no Rio de Janeiro. Isto significa adaptação de cômodos e instalações que, antes, serviam de

moradia e casa comercial às finalidades pedagógicas. Despediam-se somas avultadas com o aluguel de casas particulares, sendo inevitável aceitar as condições impostas pelos proprietários.[19]

Não era incomum que o professor passasse a fazer da escola a sua moradia. Estipulou-se um percentual de desconto do salário do docente, caso também desejasse ocupar o imóvel com esta finalidade.

A improvisação era a regra geral.

Após a Reforma Couto Ferraz, de 1854, em outubro de 1855, é publicado o regimento interno das escolas primárias. Assina-o o Visconde de Itaboraahy, primeiro Inspetor Geral da instrução pública do Município da Corte. A leitura do texto parece fazer crer que as palavras oficiais, carregadas de tinta, passam a ter poder demiúrgico.

A escola oficial terá à porta uma tabuleta com as Armas Imperiais, indicando a que freguesia pertence e o sexo para que é indicada, e qual a sua graduação. Cada escola deve ter os seguintes objetos: a Imagem do Senhor Crucificado, o retrato de Sua Majestade, o Imperador, um relógio, um armário, uma mesa com estrado, uma cadeira de braços para o professor, cadeiras para as pessoas que forem visitar a escola, bancos e mesas inclinadas com tinteiros fixos, uma ampulheta, um mapa do Brasil e outro da Província do Rio de Janeiro, um quadro grande de madeira pintada de preto, esponjas e gis para os exercícios de aritmética e ortografia; um quadro ou mapa com sistema legal de pesos e medidas e dos valores das moedas do Império, quadros para leitura, e outros modelos de escrita, ardósias, papel; e compêndios para as meninas pobres, ponteiros, cabides para chapéus, réguas com guarnição de metal, talha para água, e vasilhas menores. O professor é o responsável pelos utensílios da escola.[20]

Os trabalhos da escola serão divididos em aulas de manhã e de tarde; no verão, começarão às 8h da manhã e acabarão às 11h; no inverno, principiarão às 8h30min. e terminarão às 11h30min.; as da tarde serão sempre das 3h às 5h30min. Fora da capital esta distribuição poderá ser modificada, devido às distâncias. Ao principiar a aula, de manhã, e ao terminar, à tarde, recitarão os alunos uma curta oração que será escolhida e ensinada pelo professor. Aos sábados, consistirá o trabalho da tarde na recordação final, por argumentação das lições aprendidas na semana; em escrita por aposta e em exercícios religiosos mais prolongados do que nos outros dias. No fim da aula de sábado à tarde, lerá o professor em voz alta os nomes dos alunos que durante a semana tiveram mau comportamento, e dos que tiverem distinguido por sua aplicação e bom procedimento. As recompensas consistirão: na passagem de um lugar inferior para outro superior da mesma classe; na inscrição em letras grandes do nome do aluno no quadro de honra; na proclamação dos nomes na aula de sábado à tarde, e na comunicação feita pelo professor à família do aluno. O aluno distinto durante três meses, sempre no primeiro lugar na lista de sábado, e que tiver o nome inscrito no quadro de honra, usará dentro da aula uma pequena medalha. A conferição da medalha deve ser feita com solenidade.[21]

A escola primária estava dividida em duas classes: a instrução elementar ou primeiro grau, e a instrução primaria superior, com a denominação de escola do segundo grau.

Quanto ao currículo, recomendava-se que o ensino primário compreendesse, inicialmente, a instrução moral e religiosa, a leitura e a escrita, as noções essenciais da gramática e os princípios elementares da aritmética. Importante também o ensino do sistema de pesos e medidas do Município. Nas escolas para o sexo feminino, além dos conteúdos prescritos, ensinava-se o bordado e os trabalhos de agulhas mais necessários.

O currículo da escola primária de segundo grau prescrevia a leitura explicada dos Evangelhos e de notícias sobre a História Sagrada; os elementos de história e geografia, principalmente do Brasil; e os princípios das ciências físicas e da história natural aplicáveis aos usos da vida; a geometria elementar, a agrimensura, o desenho linear e as noções de música e exercícios de canto, ginástica e, finalmente, o estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do Município da Corte, como das Províncias do Império, e das Nações com que o Brasil tinha mais relações comerciais.

Os mestres: da moralização ao nepotismo

O Governo, na segunda metade do século XIX, entendeu que a moralização e a disciplinarização do magistério público e privado seria fundamental para o sucesso das reformas encetadas pelo Governo. A grande preocupação, como vimos, anteriormente, referia-se aos particulares que mantinham estabelecimentos de ensino. Mas não havia muito o que fazer, em relação aos que já estavam estabelecidos, há anos, exercendo a atividade do magistério, justo a preencher um enorme vazio, em consequência da omissão do Estado.

Era, então, necessário cuidar da seleção dos novos docentes. A Reforma Couto Ferraz dedica todo o seu primeiro capítulo, com onze artigos, ao magistério público, tratando especialmente dos critérios que deveriam ser utilizados para a nomeação dos docentes. Para ser admitido ao magistério, o candidato deveria ser brasileiro, maior de idade e comprovar a sua idoneidade moral. As mulheres, caso fossem solteiras, deveriam ter, no mínimo, 25 anos completos de idade, salvo se ensinassem em casa dos pais e estes fossem de reconhecida moralidade. Se fossem casadas, deveriam apresentar a certidão de casamento; se viúvas, a certidão de óbito dos seus maridos; e se vivessem separadas, deveriam apresentar a sentença judicial para que fosse avaliado o motivo que originou a separação.

Quanto aos professores das escolas públicas, instituiu-se o concurso de seleção, de modo a examinar a sua capacidade profissional e a sua moralidade. Provas orais e escritas averiguavam a capacidade dos candidatos. Nos exames para professoras, eram também verificadas as habilidades para diversos trabalhos de agulha. A prova de moralidade era dada perante a Inspeção de Ensino da Corte, através de folhas corridas nos lugares onde houvesse residido nos três últimos anos e do atestado dos respectivos párocos.

A formação de professores era outra atividade importante a ser regulada. A Escola Normal da Corte foi criada somente em 1876. Entretanto, apenas em 1880 o estabelecimento destinado à formação dos professores primários foi instalado. Antes de 1880, na Corte Imperial, instituiu-se uma espécie de formação a partir da prática, com a instituição da classe de professores adjuntos. Tratava-se de

“aprendizes” de professores, compostos pelos próprios alunos das escolas públicas, que eram maiores de 12 anos de idade e aprovados com distinção nos exames anuais, além de demonstrarem bom procedimento e propensão ao magistério. Para integrar tal classe de adjuntos, tinham preferência os pobres e aqueles alunos que eram filhos de professores. De fato, os artigos 27 e 35 da Reforma Couto Ferraz, estavam assim dispostos respectivamente:

Os professores públicos que tiverem servido bem por 10 anos terão preferência para seus filhos entrarem no número dos professores adjuntos, de que trata o Art. 35; ou para serem admitidos gratuitamente no Colégio de Pedro II.

Serão preferíveis, em igualdade de circunstâncias, os filhos dos professores públicos que estiverem no caso do art. 27, e os alunos pobres.

O que hoje chamamos de nepotismo era a regra geral, no magistério público, no século XIX. Era muito comum que os filhos dos professores passassem a exercer o mesmo ofício dos pais, logrando nomeações do Governo a uma vaga de professor público. Era também comum que os pares se favorecessem mutuamente, dando boas notas aos filhos dos colegas, nos exames para adjunto. Estes aprovados compunham uma lista, dentro da qual era feita a escolha pelo Governo. Uma vez escolhidos e nomeados, os adjuntos passavam a receber uma gratificação anual. Ficavam adidos a uma escola como ajudantes e para se aperfeiçoarem nas matérias e práticas de ensino, durante 3 anos. Por ordem do Inspetor Geral, podiam ser mudados, anualmente, de escola. Ao fim de cada ano, passavam por exames para que se apurasse o grau de aproveitamento destes aprendizes. Após os 3 anos, os adjuntos continuavam adidos às escolas públicas e apenas os maiores de 18 anos podiam substituir os professores titulares nos seus impedimentos. Também poderiam ser nomeados professores públicos das cadeiras que vagassem. Os adjuntos tinham o direito de requererem licença ao governo para lecionarem em escolas e colégios particulares do Município da Corte ou em outras Províncias.

[1] RENAULT, Delso. Rio de Janeiro. **A Vida da Cidade Refletida nos Jornais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 41.

[2] Relatório ao Dr. Alberto de Oliveira, Director da Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro pelo Bacharel José Bernardino Paranhos da Silva, Inspector Geral de Ensino. Municípios de Campos e S. João da Barra a 31/05/1897. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio.

[3] MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação no Brasil – 1850-1887**, 2º Vol., Reforma do Ensino, Serie 5ª Brasileira, Vol. 87, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, pp. 43-4.

[4] Idem, p. 45.

[5] Idem, p. 46

[6] RUI BARBOSA. **Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública.** *Obras Completas de Rui Barbosa*, Vol. X. 1883, Tomo I, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 31. Trata-se de Parecer e Projeto de Reforma do Ensino Primário, relatado pelo então Deputado Rui Barbosa, e apresentado pela Comissão de Instrução Pública à Câmara dos Deputados, em 12 de setembro de 1882.

[7] Idem.

[8] Correio Mercantil 07/08/1863.

[9] Idem, 09/07 e 03/09/1866.

[10] Almanak Laemmert, de 1856, p. 405.

[11] Idem, 1856, p. 405.

[12] RENAULT. Op. cit., p. 106).

[13] Almanak Laemmert, 1855, p. 380.

[14] Idem.

[15] Idem, p. 385

[16] Idem.

[17] MOACYR. Op. cit., pp. 61s.

[18] RENAULT. Op. cit., p.303.

[19] MOACYR. Op. cit., p. 93.

[20] Idem, pp. 39s.

[21] Idem, pp. 40s.